

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.211.913 - SP (2017/0294289-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : RUMO MALHA PAULISTA S.A
ADVOGADOS : FÁBIO MARTINS DI JORGE - SP236562
GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894A
AGRAVANTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADO : FABIANO SALINEIRO - SP136831
AGRAVADO : EBER WILLIAMS LUCIANO
ADVOGADO : LÍGIA BARROS DE FREITAS - SP168049
INTERES. : BRADESCO AUTO RE CIA DE SEGUROS S/A
INTERES. : IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
ADVOGADO : MARCIO ALEXANDRE MALFATTI E OUTRO(S) - SP139482
INTERES. : UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
INTERES. : BRASIL FERROVIAS S/A
INTERES. : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

DECISÃO

101700337

Trata-se de agravo nos próprios autos de RUMO MALHA PAULISTA S/A, objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1.098):

Responsabilidade civil - Atropelamento por trem - Empresas que não tomaram cautelas para evitar o acidente, como colocação de placas de sinalização, muros - Ausência de passarelas ou lugar para travessia de pedestres - Negligência configurada - Perda de duas pernas e uma mão - Necessidade do uso de próteses - Pensão mensal devida, com base no valor do último emprego, desde o evento danoso e com direito a 13º salário - Dano moral e estético configurado - Manutenção do valor fixado na sentença - Majoração dos honorários advocatícios, em razão da complexidade da causa, que envolveu muitas seguradoras denunciadas - Recurso das rés e das seguradoras improvido e do autor parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 1.138/1.144).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial (e-STJ fls. 1.644/1.656).

Com contraminuta (e-STJ fls. 1.712/1.724), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 535, I e II, do Código de Processo Civil de 1973; 423, 927, 944 e 945 do Código Civil de 2002; 116 e 227 da Lei n. 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas); 20, 24 e 25 da Lei n. 10.233/2001; 3º, 29 e 30 da Lei n. 8.987/1995; e 1º, 2º e 3º da Lei n. 10.257/2001.

Aduz ter havido omissões na decisão recorrida, relativamente a questões relevantes para o deslinde da causa.

Alega ilegitimidade passiva, pois "[...] a Holding e a FerroNorte não detém a concessão da União para exploração da estrada de ferro que corta o local dos fatos, de modo que, diante da causa de pedir, intimamente ligada com a falta de segurança da via permanente - e não desvio de função societária -, não pode ser compelida pelos pedidos julgados procedentes [...]" (e-STJ fl. 1.152).

Argumenta a incompetência da Justiça estadual, a separação de Poderes e o equilíbrio natural do contrato administrativo.

Afirma, ainda, que houve culpa exclusiva da vítima, visto que "[...] praticava o perigosíssimo surfe ferroviário, prática impossível de ser combatida [...]" (e-STJ fl. 1.159).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 1.472/1.492 e 1.575/1.580).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 2 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

De pronto, verifico a ausência de requisito extrínseco de admissibilidade, relativo à regularidade formal do agravo interposto.

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito

Superior Tribunal de Justiça

de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório.

Nessa linha, na esteira do entendimento jurisprudencial consagrado na Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça, o inciso I do parágrafo 4º do artigo 544 do Código de Processo Civil de 1973, incluído pela Lei n. 12.322/2010, prevê expressamente o não conhecimento do agravo que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que não admitiu, na origem, o recurso especial.

Ao que se tem dos autos, a decisão agravada negou seguimento ao recurso especial, firmada nos seguintes fundamentos: (i) ausência de violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973; (ii) aplicação dos verbetes sumulares n. 5 e 7 desta Corte, segundo as quais, respectivamente, "*A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial*" e "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*"; e (iii) impossibilidade de análise do dissídio jurisprudencial porquanto a parte recorrente teria deixado de atender ao requisito previsto nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973 e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça – RISTJ (e-STJ fls. 1.638/1.639).

Entretanto, as razões do Agravo afirmam que teria sido extrapolado o limite legalmente estabelecido para o juízo de admissibilidade do Recurso Especial, atacam apenas o óbice referente à impossibilidade de análise do dissídio jurisprudencial, limitam-se a repisar as alegações do Recurso Especial, apresentam conteúdo genérico em relação à aplicação dos verbetes sumulares n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça, porquanto apenas afirmada a não incidência dos mencionados óbices de admissibilidade, mas não demonstrado como seria possível a análise da violação apontada sem que implique, respectivamente, a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, (e-STJ fls. 1.644/1.656), não impugnando, de forma específica, o fundamento referente à ausência de violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973 adotado na decisão agravada, impondo-se, de rigor, o não conhecimento do recurso.

Nesse sentido os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO INFIRMAM TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CPC.

1. Cuida-se, na origem, de ação de rescisão de contratos de fornecimento de combustíveis, comodato e outras avenças, cumulada com pedido de indenização por perdas e danos.
2. Não merece conhecimento o agravo interno que não impugna especificamente todos os fundamentos da decisão agravada.
3. Agravo interno não conhecido, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(AgInt nos EREsp n. 1.540.423/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 20/8/2019, DJe 22/8/2019).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE BIFÁSICO. NÃO VINCULAÇÃO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O juízo de admissibilidade é bifásico, ou seja, o primeiro juízo realizado no Tribunal de origem não tem o condão de vincular a decisão de admissibilidade do STJ, que é soberana à daquele.
3. O agravo interno não impugnou as razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma fundamentada, a ausência de obscuridade, contradição, omissão ou erro e incidência da Súmula nº 7 do STJ, que levou ao não conhecimento do agravo anteriormente manejado contra o não seguimento do especial articulado. Inobservância do art. 1.021, § 1º, do NCPC e incidência da Súmula nº 182 do STJ.
3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp n. 1.453.558/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/8/2019, DJe

Superior Tribunal de Justiça

14/8/2019).

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA E SOLIDARIEDADE. AFASTAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

3. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.118.192/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 22/8/2019).

Com efeito, "[...] a emissão de juízo sobre o mérito do recurso especial pelo Tribunal de origem, por ocasião do exame provisório de admissibilidade, não implica usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ao deixar a parte recorrente de impugnar a inadequação dos fundamentos deduzidos na decisão agravada, impõe-se a aplicação da Súmula 182 do STJ." (AgInt no AREsp n. 1.238.938/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 6/12/2018).

Saliente-se que "[...] o agravante deve demonstrar o desacerto da decisão denegatória, sendo certo que a repetição das razões de recursos anteriores é ineficaz para tal fim" (AgRg nos EDcl no AREsp n. 718.211/MG, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 24/5/2016, DJe 1º/6/2016).

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao artigo 932, III, do estatuto processual civil de 2015).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. MORA. OCORRÊNCIA. NULIDADE DA CLÁUSULA QUE ESTIPULOU PRAZO DE TOLERÂNCIA POR ATÉ 180 DIAS ÚTEIS. CONCLUSÃO FUNDADA NA APRECIÇÃO DE FATOS, PROVAS E TERMOS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DANOS MORAIS. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

2. Razões de agravo interno que não impugnam especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III do Código de Processo Civil de 2015.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.683.413/RO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 25/5/2018).

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. REVISÃO DO JULGADO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

[...]

2. Em atenção ao princípio da dialeticidade, cumpre à parte recorrente o ônus de evidenciar, nas razões do agravo em recurso especial, o desacerto da decisão recorrida.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.360.316/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 7/8/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Frise-se que, ante o seu caráter incindível, todos os fundamentos da decisão agravada devem ser objeto de impugnação específica pela parte agravante. Nesse sentido, cita-se o recente julgado da Corte Especial, que veio a confirmar a jurisprudência já sedimentada nesta Corte acerca do artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento

Superior Tribunal de Justiça

consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp n. 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018 – sem destaques no original).

Assim, sem a impugnação **específica e suficiente** para infirmar o fundamento da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, não conheço do agravo, porquanto não atacados especificamente os fundamentos da decisão agravada e, ainda, deixo de majorar os honorários em face de a publicação do acórdão ter-se dado na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora